

A MORFOLOGIA NA OBRA DE MATTOSO CÂMARA

Horácio Rolim
UERJ/ABF/LLP

É notório que a contribuição de Mattoso Câmara se estendeu a vários campos da língua portuguesa sob aspectos lingüísticos e filológicos. Contudo, para se aquilatar a perspicácia do eminente lingüista, é indispensável uma leitura atenta de suas obras, quando poderemos avaliar a renovação constante de suas idéias.

Destaque-se, inicialmente, a *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, elaborada entre 1963 e 1965 e revista pelo autor, atendendo a solicitação da Universidade de Chicago, cuja publicação se deu em 1972, traduzida por Anthony Naro. No Brasil, foi publicada em 1975 pela Padrão – Livraria Editora.

O mesmo não ocorreu com a obra *Estrutura da Língua Portuguesa*, editada em 1970, após a morte do autor, que não reviu as provas, apresentando vários erros de impressão e conteúdo que podem ser constatados nas páginas 9, 46, 50, 63, 85, 97, 104, 105. Como exemplificação, citarei dois casos. Na pág. 63, parágrafo 4, ao exemplificar alomorfe, lê-se: “No tempo futuro, a que pertence cantaremos, falaremos, etc., há também a variante -rá, que aparece em falará, cantará ou em falarás, cantarás. “Vê-se que houve troca entre o sufixo modo-temporal que é -rá e a variante -re que aparece na 1ª pessoa do singular e na 1ª e 2ª pessoas do plural: cantarei, cantaremos, cantareis.”

Na pág. 97, 4º parágrafo, lê-se: “...a 2ª conjugação conclui com a 3ª (temi, parti)”. O verbo não é conclui, mas conflui, termo este usado constantemente por Mattoso Câmara.

Após esta pequena introdução, passemos a demonstrar algumas assertivas mattosianas que vêm desafiando o tempo.

Em *Princípios de Lingüística Geral*, Mattoso distribui os afixos em prefixo, infixo e sufixo.

Ainda se discute muito a existência de infixo em português. Há autores que o vêem em vocábulos como: *café+z+al*; *chuva+r+ada*; *café+t+eira* etc., chamando de infixos os elementos *z*, *r* e *t* que aparecem entre o radical e o sufixo. Terão estes elementos alguma função, alguma especificação significativa? Não. Não apresentam tais traços, logo, não sendo pertinentes, não são

infixos. Lembra Mattoso que havia infixos no grego e no latim. Formas como *vincimus* (presente) e *vicimus* (perfeito) do v. *vincere*, distinguem-se pelo infixo nasal. Daí Mattoso Câmara ter afirmado no *Dicionário de Filologia e Gramática*: “Na língua portuguesa não há infixo como mecanismo gramatical.” E propõe uma análise coerente e econômica, considerando *-zal*, *-rada*, *-teira* variantes sufixais. Se são elementos insignificativos, não são morfemas.

Vê-se que Mattoso Câmara adere ao princípio de E. Nida¹ que reúne nos morfemas aditivos o prefixo, o infixo, o sufixo e o suprafixo. Não constituindo morfema, não cabe uma análise mórfica. Parece-nos incontestável a lição de Mattoso Câmara²: “A análise mórfica está inelutavelmente ligada aos valores significativos e funcionais.” De acordo com Mattoso também está Laurie Bauer³ que, tomando o exemplo do diminutivo *animalzinho* em português, descreve o *-z-* como “um elemento que não constitui morfema.”

Cabe, aqui, também uma referência ao morfema zero. Mattoso Câmara, na 3ª edição de *Princípios de Lingüística Geral* (1959), inclui no morfema zero o morfema subtrativo ao exemplificar a palavra *mar* que, segundo ele, foi tirada do plural *mar-es*. E, ao referir-se ao morfema subtrativo, cita Nida, na conhecida obra *Morphology*. Contudo, Nida distingue claramente esses dois tipos de morfema. Explica morfema zero na pág. 46 “quando há uma ausência significativa de um traço formal em alguma parte ou partes de uma série”, dando como exemplo a palavra *sheep*. Mais adiante, na pág. 75, define morfemas subtrativos: “Fonemas podem ser subtraídos das raízes como igualmente acrescentados a elas para indicar alguma diferença de sentido. Tais subtrações são, contudo, muito mais raras do que as adições”. Cita exemplos no francês: *bonne / bon*; *grande / grand* etc.

Na 4ª edição de *Princípios de Lingüística Geral*, de 1964, chegando a uma sexta reimpressão em 1973, mas revista e aumentada em vida pelo autor, constata-se a alteração do texto sobre morfema zero, onde se lê: “No caso em que a ausência de morfema expressa uma categoria definida (ex. port. mar em face de mares) tem-se o morfema zero”.

Em outro parágrafo, explica distintamente o morfema subtrativo: “Já o morfema subtrativo é aquele que resulta da redução fônica de um semantema”. E, em nota de rodapé, exemplifica no português os femininos *irmã* e *órfã* que se formaram pela redução do ditongo *-ão* dos masculinos: *irmão* e *órfão*.

¹ Nida, E. A. - *Morphology – The Descriptive Analysis of Words*, 2a. ed., Ann Arbor The University of Michigan Press, 1970.

² *Problemas de Lingüística Descritiva*, 2ª. ed., Petrópolis, Editora Vozes, Ltda., 1969, p.144

³ Bauer, Laurie – *English Word-Formation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

Outra contribuição de Mattoso Câmara que merece destaque é a flexão de gênero, analisada sob um critério estruturalista que veio substituir os precários critérios vital, que distingue seres animados e inanimados; o peçoal que distingue pessoas e coisas, e o sexual, que distingue masculino e feminino.

Em geral, em nossas antigas gramáticas, com honrosas exceções, sempre se misturam gênero gramatical com sexo animal, classificando os gêneros em masculino, feminino, epiceno e comum de dois, distribuição esta já encontrada em Donato, gramático latino do século IV d. C.

Ressalte-se aqui que o primeiro gramático da língua portuguesa, Fernão de Oliveira, 1536, não copia Donato, distribuindo o gênero em : masculino, feminino, indeterminado (isto). Também o primeiro gramático brasileiro de obra publicada no Brasil, Antônio da Costa Duarte⁴ tem o cuidado de não misturar gênero gramatical com sexo animal. Assim se expressa: “A nossa língua tem somente dois gêneros: masculino e feminino.”

Como é por demais conhecido, Mattoso Câmara distribuiu os nomes em temáticos e atemáticos. Nos primeiros, o índice temático é uma das vogais -a, -e, -o, como casa, ponte, livro. São atemáticos os terminados em consoante ou vogal tônica: mar, sabiá, tatu. Diz-nos Mattoso que “o gênero está imanente na palavra”. Observe-se que as vogais dos nomes temáticos não coincidem obrigatoriamente com a indicação de gênero, como é o caso entre (o) livro, (a) tribo, (a) casa, (o) poeta, (o) pente, (a) ponte. Daí reconhecer Mattoso Câmara que a marca de gênero em português se faz extrinsecamente pelo artigo. Em pianista, palavra de dois gêneros, por exemplo, só a presença de um determinante marcará o gênero. Quando ocorre flexão, que só se efetua num número reduzido de nomes, esta se processa pelo acréscimo do morfema -a, desinência de gênero feminino, em oposição ao masculino, forma não marcada Ø: aluno - aluna, mestre - mestra. E a flexão, que não é generalizada, constitui, assim, uma forma redundante na indicação de gênero.

Pode também ocorrer que haja semelhança de forma, mas significação diferente em palavras indicativas de “coisas” que Mattoso⁵ explica “estarem na base de outros conceitos, às vezes um tanto fugidios, como: o sapato, a sapata, o barco, a barca”.

Logo, não apresentam flexão de gênero pela especialização de sentido. A significação de barco não é a mesma de barca. São palavras diferentes no

⁴ Duarte, Antonio da Costa- *Compendio da Grammatica Portugueza*, Maranhão, Typographia Nacional, 1829.

⁵ Câmara, J. Mattoso – *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio, Padrão Livraria Editora, 1975, p.78

emprego frasal. Assim a análise será: *barc -o* (rad + VT o) e *barc -a* (rad + VT a) Não há desinência de gênero.

É oportuna a lição também precisa de outro lingüista na análise de palavras desse tipo. Trata-se do Prof. Walmírio Macedo⁶ que assim distribui as palavras:

Palavras femininas: mulher, casa

Palavras femininas de outras (flexão): senhor, senhora

Palavras de forma feminina: bolsa (em relação a bolso) mas não feminino de bolso.

Deve-se levar em conta, na formação do feminino, que ocorrem naturalmente certas alterações morfofonêmicas. Exemplifiquemos alguns casos: *mestre / mestra*: para o acréscimo da desinência -a de feminino, há a supressão da vogal átona final -e. Em *avô / avó* dá-se a alternância vocálica através da qual se fará a distinção de gênero.

Várias outras alterações podem surgir em vocábulos como *ateu* ao qual se acresce a desinência de gênero -a, com a supressão da semivogal /w/: *atea*, desfaz-se o hiato pela epêntese da semivogal /y/ *ateia*, ocorrendo, finalmente a abertura de timbre da vogal: *atéia*.

Nos nomes terminados em -ão, Mattoso explica os seguintes casos:

- 1º - dá-se apenas a supressão da vogal temática: *órfão - órfã*;
- 2º - há adjunção da desinência -a e desnasalação em consequência do hiato: *leão - pl. leões* (aqui Mattoso parte da forma teórica do plural leõ+a = leoa);
- 3º - há supressão da vogal temática que aparece no plural *valentão - valentõ(es)*, passagem da nasalidade à sílaba seguinte, com uma consoante dental, e acréscimo da desinência -a = *valentona*.

Vejam os a formação de número.

Mattoso explica que, nas palavras terminadas em vibrante /r/ e sibilante /z/, a vogal temática suprimida no singular aparece no plural: *mar-es; paz-es*.

Nas palavras terminadas na líquida lateral /l/, Mattoso parte da forma com a reposição da vogal temática -e, podendo ocorrer os seguintes casos:

- 1º - A líquida vem precedida das vogais: *a, e, o, u*.

Por exemplo, a forma *animale* apresentará as seguintes alterações morfofonêmicas: adição da desinência plural -s, supressão da líquida: *animaes*

⁶ Macedo, Walmírio – *Gramática da Língua Portuguesa*, Rio, Presença editora, 1991, p.112 e 113.

e oclusão da vogal temática para formar ditongo: *animais*. As mesmas alterações no plural terão palavras como: *papel, anzol, azul*.

2º- A líquida precedida de -i átono: *facile+s*.

Há, além da adição da desinência de plural -s, supressão da líquida: *facies*, passagem do i a e: *facees*, logo uma assimilação e, em seguida, a ditongação através da oclusão da vogal temática: *fáceis*.

Esta análise aparece na obra *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, elaborada entre 1963 e 1965. Mais tarde, em *Problemas de Lingüística Descritiva*, 1969, Mattoso faz outra análise: *facile+s*: adição da desinência de plural -s, supressão da líquida: *facies* e permuta entre a vogal temática e a vogal do radical: *fáceis*.

No caso do i tônico e falta da vogal temática: *canil+s*, além da adição da desinência de plural -s, ocorre a supressão da líquida: *canis*.

Mattoso não exclui em seu critério de análise uma pronúncia como a do Rio de Janeiro, em que a líquida posvocálica foi substituída pela semivogal /w/: *papew, anzow, animaw*, caso em que admite alternância do /w/ para /y/: *papéis, anzóis, animais*. Com o i tônico só ocorre a supressão do /w/ *caniw +s = canis*.

Nos nomes terminados no ditongo -ão apresenta a explicação de três casos:

1º- só há adição da desinência de plural: *mão- mãos, mãe, mães*;

2º- ocorrem outras alterações e Mattoso parte da forma do plural para o singular:

a) exemplo: *leõe(s) - leão*: há alternância do o para a e mudança do tema e para o.

b) exemplo *cãe(s) - cão*: só mudança do tema: e para o.

Para esta análise dos nomes em -ão, Mattoso⁷ apresenta a seguinte justificativa: “A descrição genuinamente sincrônica tem de partir dos temas teóricos (que devem ter entrada nos dicionários, em vez da inexpressiva forma singular)”.

Passemos à morfologia verbal, onde, parece-nos, maior foi a sua contribuição.

Tanto em *Problemas de Lingüística Descritiva* quanto em *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Mattoso Câmara apresenta capítulo específico da constituição mórfica verbal. Destaquem-se, também, dois preciosos artigos insertos em *Dispersos*⁸, obra, como se sabe, que reúne artigos e confe-

⁷ *Problemas*, op. cit., p.61.

⁸ *Dispersos*, de J. Mattoso Câmara Jr., organização por Carlos Eduardo Falcão Uchoa, Rio, Editora Lucerna, 2004, p. 131 e p. 127.

rências do autor feitos no Brasil e no estrangeiro, reunião essa que se deve à competência e dedicação de seu discípulo, o eminente professor e lingüista Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Esses artigos intitulam-se: *Para o estudo descritivo dos verbos irregulares* e *A propósito de um vulgarismo do Português do Brasil*.

Demonstra, inicialmente, a importância do real reconhecimento da vogal temática dentro do sistema atual da língua, sem utilização de critério diacrônico, como ocorreu na gramática tradicional, que chegou a incluir o verbo pôr e seus derivados numa 4ª conjugação. Não é o infinitivo, como geralmente se utiliza, a forma ideal paradigmática para o destaque da vogal temática. Haja vista que há verbos, como *ter*, *vir*, *pôr*, que apresentam infinitivo atemático. Mattoso sugere que se parta da 2ª pessoa do singular do presente do indicativo e, principalmente, do perfeito para o reconhecimento da vogal temática. Aliás, há divergência entre os autores em considerar o índice temático como tipo de morfema, adverte Mattoso Câmara, e conclui: “mas não há dúvida que o índice temático participa do mecanismo gramatical”.

Sobre o índice temático ter significado, trago o argumento lúcido de um grande mestre: O Prof. Valter Kehdi⁹ que, no artigo *O Problema do Infixo em Português*, dá-nos a seguinte explicação: “Saliente-se que as vogais temáticas verbais nem sempre são morfemas vazios. No par *amas* - *ames* é a oposição a / e que permite distinguir o presente do indicativo do presente do subjuntivo; aqui, a vogal temática é morfema significativo”.

O verbo pôr claramente não apresenta no infinitivo vogal temática -e, da 2ª conjugação, mas também as vogais -e- e -i- de *ter* e *vir* não constituem vogais temáticas, mas simples vogais do radical. Tal ausência se comprova no presente do indicativo: tenho, ponho, venho, à exceção, é claro, da 2ª e 3ª pessoas do singular e 3ª pessoa do plural do verbo pôr: *pões*, *põe* e *põem*. Essas formas apresentam o radical até o elemento palatal nasal mais a desinência número-pessoal. O mesmo ocorre no imperfeito do indicativo: *tinha*, *punha*, *vinha*; no presente do subjuntivo: tenha, ponha, venha e no futuro do presente e do pretérito que, como sucede no infinitivo, o radical real termina no arquifonema nasal N: ten-, pon-, vin/ven que é suprimido diante da vibrante -r, daí: *ter*, *pôr*, *vir* e *terás*, *porás*, *virás*; *terias*, *porias*, *virias*.

Vê-se que, até aqui, não há vestígio da vogal temática. Analisemos o tempo perfeito e os que dele se formam: *tiv-e-ste*; *pus-e-ste*, *vi-e-ste*. Entre o radical e a desinência número-pessoal aparece o elemento -e-. Também nos tempos: *mais-que-perfeito*: *tiv-e-ra-s*; *pus-e-ra-s*; *vi-e-ra-s*; imperfeito do sub-

⁹ *Revista Filologia e Lingüística Portuguesa*, n° 3, Universidade de S. Paulo, 1999, p. 191-196

juntivo: *tiv-e-sse-s*; *pus-e-sse-s*; *vi-e-sse-s* e no futuro do subjuntivo: *tiv-e-re-s*; *pus-e-re-s* e *vi-e-re-s* mantém-se o elemento *-e-* entre o radical e o sufixo modo-temporal, que é a real vogal temática da 2ª conjugação a que pertencem os três verbos. A inclusão do verbo *vir* na 3ª conjugação, sobre ser errônea, não apresenta a mínima fundamentação mórfica. A este fato alude Mattoso Câmara, explicando: “que para a sua inclusão na 3ª conjugação não poderíamos invocar senão argumento histórico (*venire*) o qual não é pertinente numa descrição sincrônica” (*A propósito de um vulgarismo do Português do Brasil*, in *Dispersos*¹⁰).

Outros verbos merecem atenção especial, como os verbos *dar* e *ver*. Enquanto o primeiro nos tempos do presente pertence à 1ª conjugação (*dás, das, darás, darias*), nos tempos do perfeito pertence à 2ª conjugação (*deste, deras, desses, deres*), o segundo nos tempos do presente, cuja vogal temática é *-e-*, pertence à 2ª conjugação (*vês, verás, verias*), mas nos tempos do perfeito pertence à 3ª conjugação (*viste, viras, visses, vires*).

Não cause admiração um verbo pertencer a mais de uma conjugação. A análise mórfica feita por Mattoso Câmara é do sistema atual da língua a cuja estrutura pertencem os elementos depreendidos.

Outra descrição de Mattoso Câmara é reconhecer na terminação *-ia* o sufixo modo-temporal do imperfeito do indicativo nos verbos da 2ª e 3ª conjugações, e não *-a*, como preferem outros autores, caso este que traria confusão com o presente do subjuntivo. Para desfazê-la, julgamos coerente o critério de Mattoso.

Destaque-se também que ele não aceita a terminação *-ram* como desinência número-pessoal do perfeito, a qual destoa completamente do elemento desinencial de 3ª pessoa do plural. Mattoso mantém como desinência o elemento nasal N (arquifonema), e a forma *-ra* como sufixo modo-temporal assimilado ao *mais-que-perfeito*, ocorrendo, daí, um *sincretismo*, como em *cantaram* em que só o contexto irá defini-lo.

Na formação de participípios, Mattoso distingue coerentemente as formas paradigmáticas e as formas supletivas. Há verbos que, além da forma paradigmática, caracterizada pelo sufixo *-do* após a vogal temática (*amado, temido, partido*), mantêm formas supletivas, como *aceito, eleito, expulso*. Outros só possuem as formas supletivas: *posto, visto, feito, escrito* que não apresentam a vogal temática nem o sufixo próprio do participípio, formando-se de um radical “impredizível” e da vogal do tema nominal *-o*. Ocorre também na língua a criação de novas formas supletivas de participípio como *pago, ganho, gasto, pego*.

¹⁰ op. cit. p. 128, nota 6.

Caso interessante é a forma *morto*, um adjetivo proveniente do particípio perfeito do verbo “*mori*”, em português *morror*, que possui o particípio paradigmático *morrido*. A referida forma foi incorporada como particípio supletivo do verbo *matar*, além da forma já existente *matado*.

É comum definir-se o processo de derivação parassintética como: “processo formador de palavras em que se acrescentam prefixo e sufixo simultaneamente”. Como se trata de derivação, pressupõe-se que os afixos sejam derivacionais. Na prática, contudo, os autores incluem exemplos como: aterrar, embarcar etc. em que só aparece o prefixo, visto que a terminação *-ar* apresenta elementos de flexão. Quando Mattoso Câmara¹¹ se refere a verbos tirados de nomes, explica: “outro mecanismo é dar ao nome flexão verbal concomitantemente com um dos prefixos (en-) ou (a-): acalmar, embandeirar”. Mas em nota de rodapé apresenta a seguinte justificativa: “É o que na tradição gramatical se chama derivação “parassintética”. Aspeia a palavra parassintética. Somos levados a admitir que Mattoso Câmara, afastando-se da tradição gramatical, não considera derivação parassintética casos como os exemplificados: acalmar, embandeirar, mas apenas processo de formação lexical. Anteriormente, já exemplificara casos de real parassintetismo, destacando os sufixos derivacionais *-ec-*, *-ej-* em amanhecer, apedrejar.

No processo de composição por aglutinação, em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, Mattoso Câmara reafirma o critério sincrônico por ele utilizado na depreensão dos elementos mórficos da língua portuguesa, ao só admitir essa união de radicais, quando se “possam depreender as formas aglutinadas. Caso contrário, tratar-se-á de vocábulo primitivo”. Deduz-se, daí, que os elementos constitutivos devem ter curso livre na língua. Não constituem exemplos de aglutinação em português palavras como: *vinagre* e *fidalgo*, geralmente exemplificadas em nossas gramáticas. A primeira já se formara no latim corrente: *vinuacre*, e a segunda já apresenta os elementos aglutinados (de filho de algo) desde o séc. XIII, 1273: “fidalgos”, como registra José Pedro Machado¹².

Mais uma vez repetimos a lição de Mattoso Câmara¹³: “A análise mórfica está inelutavelmente ligada aos valores significativos e funcionais”.

Mattoso Câmara¹⁴ também desfez a confusão que ocorre em algumas de nossas gramáticas, incluindo a categoria do grau na flexão. Assim se expressa

¹¹ *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, p. 228 e nota n° 18.

¹² *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 1ª. ed., Lisboa, Editorial Confluência, 1952.

¹³ *Problemas*, op. cit.p. 44.

¹⁴ *Idem*, *ibidem*.

sobre a noção de grau: “A sua inclusão na flexão nominal decorreu da transposição pouco inteligente de um aspecto da gramática latina para a nossa gramática”.

Explica ainda Mattoso que “os adjetivos em português apresentam comumente uma possibilidade de indicarem por meio de morfema derivacional o alto grau de qualidade que expressam: tristíssimo, facilimo, nigérrimo. Não é flexão de grau pois faltam-lhe as condições estabelecidas, como: 1) Não há obrigatoriedade no emprego desses adjetivos com morfema de superlativo ou grau intensivo. É a rigor uma questão de estilo ou preferência pessoal”. Podemos assim exemplificar: Ela é queridíssima, ela é muito querida, ela é bastante querida. “2) Em segundo lugar, estamos muito longe de uma sistematização coerente, para todos os adjetivos, como sucede com a flexão de plural e de gênero feminino”. Quero chamar a atenção para o fato de que a inclusão do grau na derivação é acolhida por grandes mestres nacionais e estrangeiros. Cito apenas três. Said Ali¹⁵ também inclui o grau na derivação como se pode constatar na seguinte explicação: “Chamam-se aumentativos os nomes derivados que exageram a significação dos respectivos nomes”.

Evanildo Bechara¹⁶ em sua gramática ensina: “Há três tipos de graduação na qualidade expressa pelo adjetivo: positivo, comparativo e superlativo. Como já dissemos, a gradação em português se expressa por mecanismo sintático ou derivacional” (pág. 149). “O sintético (superlativo) é obtido por meio de sufixo derivacional -íssimo (ou outro valor intensivo)”.

Walmírio Macedo¹⁷ explica: “Outro aspecto que é importante ressaltar é que o grau é uma derivação e não uma flexão, como é geralmente conhecido.”

Concluindo:

Quero crer que tenhamos dado, ainda que rápida, uma visão das contribuições de Mattoso Câmara a aspectos morfológicos do português, contribuições estas bem atualizadas.

Algumas tentativas de contestação têm surgido, mas elementares, carecendo da extensa fundamentação lingüística que notabilizou Mattoso Câmara.

¹⁵ *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, 3ª. ed., S. Paulo, Companhia Melhoramentos, s/d, p.53.

¹⁶ *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª. ed., Rio, Editora Lucerna, 1999, p. 148,149.

¹⁷ Op. cit. p. 123.